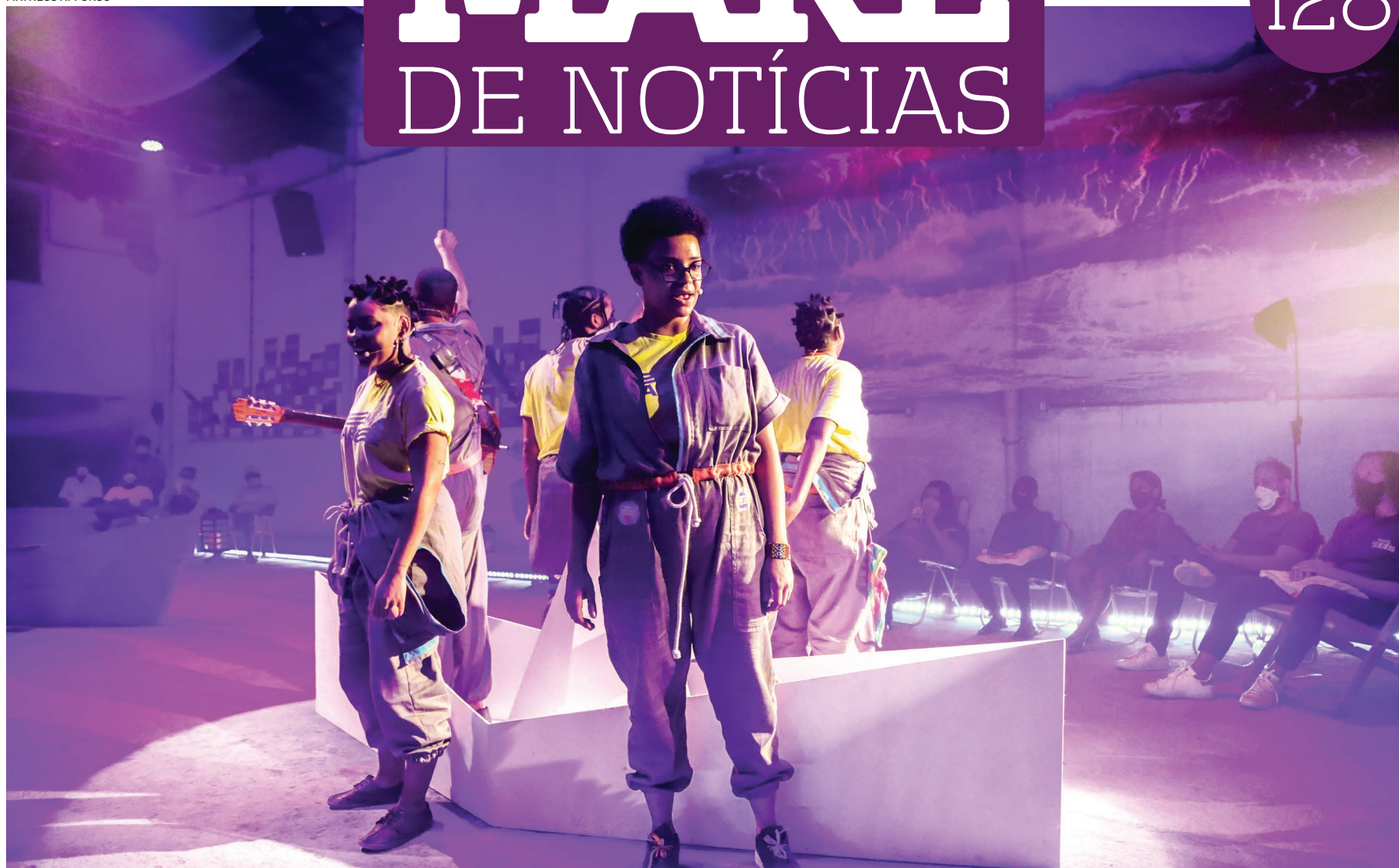


MARÉ DE NOTÍCIAS

128



Remando a favor da Maré

Performances de arte no território refletem estudo a respeito do peso da violência sobre a saúde mental do povo favelado na campanha *Rema Maré*. **PÁGINAS 8 E 9**

Os desafios na mobilidade urbana no Rio a partir da Maré

PÁGINAS 4 E 5

Racismo na infância: como ensinar as crianças a lidar com a discriminação racial

PÁGINA 10

Caso Matheus: Vítima de racismo, o jovem sofre por ver o processo por calúnia arquivado e ainda ser investigado por receptação

PÁGINA 11

MATHEUS AFFONSO



Paixão por futebol

Conheça os obstáculos de quem sonha em levar a vida nos gramados: para cada jogador que chega ao topo há milhares que ficam pelo caminho, em um processo que se assemelha a um funil. Quem passa, alcança o final esperado, ou seja, um clube de primeira divisão.

PÁGINAS 6 E 7

Direito à moradia

Entre demolições e remoções, parte da população com menor poder aquisitivo é historicamente ignorada pela lógica excludente do mercado imobiliário. Altos valores e ausência de políticas públicas transformam o direito constitucional em um privilégio para poucos.

PÁGINAS 12 E 13

MATHEUS AFFONSO



EDITORIAL

A saúde mental tem sido discutida com mais atenção no mundo inteiro há alguns anos, mas as restrições impostas pela pandemia aumentaram a urgência do tema. No ano passado, a Organização Mundial da Saúde (OMS) alertou para a crise global de saúde mental devido ao surto de covid-19. Em pleno *Setembro Amarelo*, a campanha nacional de prevenção ao suicídio, a edição 128 tem a oportunidade de abordar esse assunto com recorte específico para o território da Maré. Você pode conferir os resultados de uma pesquisa inédita que associa a tensão da violência armada aos danos à saúde mental dos mareenses nas páginas 8 e 9.

O desaparecimento de três meninos na Baixada Fluminense deixou à mostra o desamparo experimentado pelas famílias em igual situação. Na página 3, o editor Edu Carvalho aborda o problema dos desaparecidos no Brasil e reforça a importância de se oferecer suporte às pessoas que passam pelo trauma. No texto das páginas 12 e 13, discutimos a importância da garantia do direito à moradia frente ao excludente mercado imobiliário do Rio de Janeiro, e o histórico de remoções que marca a urbanização da cidade.

A sociedade brasileira passou por transformações ao longo dos anos, mas o sonho de jogar futebol permanece uma característica marcante entre crianças de todas as classes sociais. O repórter Hélio Euclides revela, nas páginas 6 e 7, o panorama desses pequenos sonhadores da Maré, mostrando suas expectativas em alcançar o sucesso através do esporte mais popular do mundo. É de Hélio Fernandes também a matéria que aborda a situação das pessoas que sofrem para obter documentos por conta da vulnerabilidade social - confira nas páginas 14 e 15.

Como discutir o racismo, um assunto complexo, com uma criança? A matéria da Amanda Pinheiro ocupa a página 10 para apresentar uma reflexão sobre as melhores formas de se lidar com o racismo sofrido no período da infância. O texto é o segundo da série *Marcas do racismo*, iniciada na edição passada. Ainda nesta edição, a repórter Ana Clara Alves e a editora Tamyres Matos levantaram as dificuldades enfrentadas pelos mareenses para se locomover pela cidade, apontada como uma das piores do Brasil quando o assunto é mobilidade urbana. Você confere a matéria nas páginas 4 e 5.

Desejamos a todos uma ótima leitura e não esqueçam: vacina no braço, máscara do rosto e álcool gel nas mãos. Até a próxima edição.

O MARÉ DE NOTÍCIAS TAMBÉM É SEU!

Fale com a gente!

 (21) 97271-9410

EU, LEITOR - SARA ALVES

Ê Vila de gente

Ê Vila da minha vida
 Dos meus pesadelos e realidade
 Realidade e sonhos
 De Cidade Fantasma eu te chamava
 Tudo desconhecido. Ninguém me encantava
 Sofri com a dor, mas não perdi as raízes da minha infância
 Amigos que não vejo mais
 Amigos que ficaram pra trás
 Amigos que não esqueço jamais
 Ê Favela Querida!
 Nova Holanda é seu nome
 Alegrias ao entardecer
 Bola, peteca e muita correria
 Isso sim é que é infância!
 Só sente quem viveu
 Belas lembranças...
 Vila, você cresceu!
 E eu aprendi a gostar de você com todos os seus defeitos
 E sei que não sou a única
 Muita Gente te admira, mesmo contrária à mídia você tem
 o seu valor
 Vila, você é mais que do João
 Hoje é dos Josés e das Marias e acorda todos os dias com
 o cantar dos pássaros, com o andar dos trabalhadores e
 também dos "vagabundos"
 Quando ainda há estrelas que guiam a minha vida
 A vida na Vila
 A Vila da gente.

Confira a versão da poesia
 na íntegra no site do Maré de
 Notícias.

ENVIE SUA POESIA,
 FOTO, RECEITA
 OU PIADA. ESTE
 ESPAÇO É SEU!

contato@maredenoticias.com.br

EXPEDIENTE

REALIZAÇÃO:

redes da maré

PARCERIA:

actionaid

MARÉ
DE NOTÍCIAS

R. Sargento Silva Nunes, 1012
 Nova Holanda - Maré
 Rio de Janeiro - RJ - CEP: 21044-242
 www.mareonline.com.br
 maredenoticias@gmail.com
 contato@maredenoticias.com.br

APOIO:

16 Associações de Moradores
 da Maré
 Campanha Climão
 Casa Preta da Maré
 Centro de Artes da Maré
 Espaço Normal

EDITORA EXECUTIVA E JORNALISTA RESPONSÁVEL

Daniele Moura
 (Mtb 24422/RJ)

EDITORES

Edu Carvalho
 Tamyres Matos
 (Mtb 32434/RJ)

COORDENADORES DE DISTRIBUIÇÃO:

Arthur Viana
 Henrique Gomes
 Luiz Felipe de Oliveira
 Bacelar

DISTRIBUIDORES:

Antônia Valéria Lins e Silva
 Cristiane dos Santos
 Jonathan Ribeiro Da Cruz
 Lucas Frederico Brandão
 Leonardo da Silva
 Marcela Ferreira Silva Gomes
 Marcelo Sergio Silva Braz
 Pedro de Oliveira
 Valdemir Gomes da Cunha
 Júnior

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO

Amanda Pinheiro
 Data_Labe
 Edu Carvalho

Hélio Euclides
 (Mtb 29919/RJ)

Tamyres Matos
 (Mtb 32434/RJ)

FOTOGRAFIA

Douglas Lopes
 Matheus Affonso

REVISÃO

Julia Marinho

PROJETO GRÁFICO

Mórlula_Oficina de ideias

DIAGRAMAÇÃO

Filipe Almeida

IMPRESSÃO

Parque gráfico da Infoglobo

TIRAGEM

40 mil exemplares

OS ARTIGOS ASSINADOS NÃO
 REPRESENTAM A OPINIÃO
 DO JORNAL.

PERMITIDA A REPRODUÇÃO
 DOS TEXTOS, DESDE QUE CITADA
 A FONTE.

GARANTA O SEU JORNAL!

O Maré de Notícias é entregue de porta em porta nos 47 mil domicílios das 16 favelas da Maré. Se por acaso não chegar na sua casa, avise-nos pelo WhatsApp (21) 97271-9410, via redes sociais (@maredenoticias) ou ainda pelo email contato@maredenoticias.com.br e confira se na associação de moradores de sua favela não tem um exemplar para você. Ajude-nos a melhorar nossa distribuição! Contamos com todos os mareenses!

A dor da ausência sem rastros

Caso ocorrido na Baixada lança luz sobre a falta de suporte às famílias de desaparecidos

EDU CARVALHO

Com base nos números colhidos pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021, divulgado em julho deste ano, o número de pessoas que sumiram no país sem deixar vestígios em 2020 é de 62.587. O estado de São Paulo figura como o primeiro da lista, mesmo registrando queda de 15% comparado a 2019, com 18.342 desaparecidos, seguido por Minas Gerais (6.835 pessoas), Rio Grande do Sul (6.202), Paraná (5.377), Santa Catarina (3.285) e Rio de Janeiro (3.216).

O caso em destaque no relatório é o de três crianças que se tornaram símbolo da luta por justiça em relação aos desaparecimentos sem explicação no país: os primos Lucas Matheus (8 anos) e Alexandre da Silva (10 anos), e Fernando Henrique (de 11), meninos de Belford Roxo, Baixada Fluminense, de cujo paradeiro não se tem notícias desde 27 de dezembro de 2020.

No fim de agosto, a Polícia Civil finalmente declarou, pela primeira vez desde o início das investigações, que as três crianças poderiam ter sido mortas por traficantes de drogas. Ao



Acordo entre Ministério Público do Rio e Conselho Nacional do Ministério Público vai resultar na expansão do Sistema de Localização e Identificação de Desaparecidos

jornal *O Globo*, o delegado Uriel Alcântara admitiu ser esta a principal linha de investigação. Segundo o titular da Delegacia de Homicídios da Baixada, "não se sabe como, as crianças teriam sido mortas dentro da comunidade por furtarem uma gaiola de passarinho e os corpos, jogados em um rio."

O sumiço, porém, permanece sem solução. No início do mesmo mês, ossadas foram encontradas perto da comunidade onde as famílias dos três garotos moram; segundo a perícia, não eram dos três meninos.

Casos na Baixada

O site **Fórum Grita Baixada** fez uma investigação sobre pessoas desaparecidas, usando como base os dados do Instituto de Segurança Pública (ISP) do Rio de Janeiro, baseando-se na série histórica disponibilizada e atualizada pelo ISP. O município de Belford Roxo figura entre as seis cidades da Baixada com o mais alto número de desaparecimentos: um total de 39 desaparecidos em 2018; 32, em 2019; e 21 em 2020, considerando somente os meses de janeiro a março desses anos. Em março de 2021 houve um aumento de 47% nos casos de desaparecimentos na cidade em relação ao mesmo período

de 2020. Apenas nos três primeiros meses de 2021, foram 31 desaparecimentos em Belford Roxo.

Para o Fórum Grita Baixada, fica nítida a inexistência de uma abordagem mais sistematizada da situação por parte do poder público. "A face mais cruel do desaparecimento é que ele é mutante em suas motivações. Pode ser uma violência cometida por agentes de segurança do Estado, atribuída a poderes paralelos/grupos armados (milícias ou tráfico) ou resultado de fatores pessoais e subjetivos. Isso torna a tomada de decisões sobre que caminhos seguir ainda mais difícil", aponta o relatório.

DESAPARECIMENTOS

62.857
desaparecidos

172 por dia



ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2021

ONDE BUSCAR AJUDA

Em todo o Brasil, um dos polos de assistência às famílias dos desaparecidos é o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, que auxilia no acesso a informações sobre o caso. O órgão apontou em julho de 2021 a necessidade de o Brasil criar um centro de apoio adequado aos familiares em cada cidade.

No Rio, além das delegacias, há outros meios de ajuda e denúncia, entre os quais o Programa de Desaparecidos do Disque Denúncia (a central telefônica comunitária de número 21 2253-1177), e o Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos (Plid), criado pelo Ministério Público do Rio de Janeiro (atendimento.plid@mprj.mp.br). Para episódios de crianças e adolescentes, existe o projeto SOS Crianças Desaparecidas (21 2286-8337/ 98596-5296).

Como se movimentam os mareenses?

Em um ano, o que mudou na situação dos transportes na Maré e na cidade



ESTAMOS DE OLHO!

Serviços de mototaxistas, como o localizado na Rua Principal, na Nova Holanda, são a solução para se locomover de forma mais ágil por diversos pontos do conjunto de favelas da Maré

ANA CLARA ALVES E TAMYRES MATOS

Com mais de 800 ruas, travessas e becos espalhados por 16 comunidades, a Maré é margeada e cortada pela Avenida Brasil, mais importante via expressa da cidade do Rio de Janeiro. Por isso, falar em mobilidade urbana no maior conjunto de favelas do Rio é discutir como se move a cidade. Em março de 2020, o Maré de Notícias produziu uma série de reportagens sobre a “imobilidade urbana” na capital fluminense e na Maré.

De lá para cá, poucas mudanças foram registradas. O assunto ganha destaque nesta edição pois, desde o início dos anos 2000, o 29 de setembro é o dia em que se dá maior atenção aos problemas e soluções no deslocamento das pessoas nos centros urbanos no Brasil. A inspiração para a escolha da data foi a criação do Dia Mundial Sem Carro em 1997, na França.

Uma pesquisa realizada pela plataforma israelense Moovit, divulgada no início deste ano, apontou o Rio de Janeiro como a cidade com os piores índices de mobilidade urbana do país. Apesar

da recomendação para que a população se mantenha dentro de casa enquanto a pandemia não se encerra, por falta de opções esta não é a realidade da maioria dos habitantes dos territórios. **Marcelo Lapa**, de 20 anos, morador do Morro do Timbau, é uma dessas pessoas.

“Comecei a usar o trem para ir trabalhar em março do ano passado. Quando tinha um problema, muitas vezes por causa de operações policiais, atrasavam todas as linhas. Aí ficava tudo muito lotado. Nesse tipo de situação, eu ia de ônibus”, relata Marcelo, que trabalha em um laboratório no En-

genho de Dentro, também na zona norte da cidade.

Por conta desses problemas, ele precisou mudar sua rota e fazer baldeações. “Pego a van embaixo da estação NorteShopping e daí, um ônibus até o trabalho. Pra mim a viagem ficou muito mais rápida, porque o trem dava problema com muita frequência”, diz ele.

Marcelo conta que já teve surpresas desagradáveis também no que diz respeito ao gasto em seu trajeto de trem: “Já aconteceu de eu pagar duas passagens porque o problema no trem nem foi avisado: não tinha comunicação entre as esta-

ções. Não estava valendo a pena mais, pelo gasto e pela demora. Pegar van e ônibus está sendo mais prático.”

Um significativo pedaço da vida na condução

O estudo do Moovit apontou ainda que o carioca é quem mais gasta tempo dentro do transporte público no Brasil. Pela região metropolitana do Rio se gasta em média 67 minutos no transporte para chegar ao local de destino. Se o passageiro faz esse trajeto duas vezes por dia e cinco vezes por semana, durante um mês seriam gastas quase 50 horas em trânsito e,

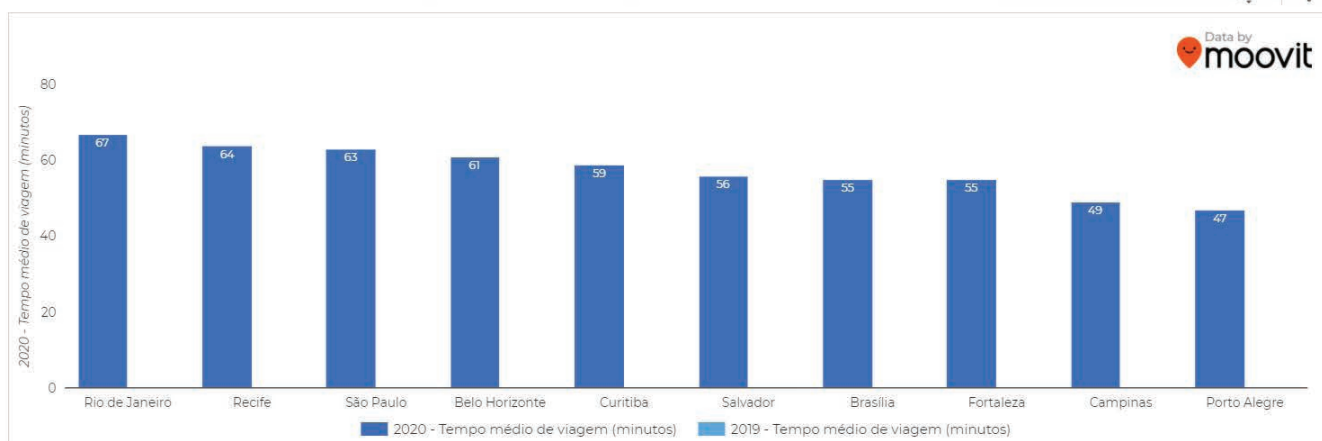
PLATAFORMA MOOVIT



Tempo Médio de Viagem (Minutos)

Por quanto tempo as pessoas se deslocam em uma direção única (de ou para casa/trabalho). Inclui caminhadas, espera e tempo de deslocamento.

Obs: Novas cidades foram adicionadas em 2020, logo dados de 2019 não estão disponíveis.



Ano: 2020 (1) ▾

País: Brasil (1) ▾

Cidade ▾

AZ

Data by moovit

por ano, mais que 550 horas (ou 23 dias).

Além das queixas envolvendo o tempo desperdiçado, ainda existem as reclamações sobre as condições sanitárias do transporte e as linhas extintas, reduzidas e sem climatização (desde 2012, existe a promessa de a cidade ter 100% da frota de ônibus equipada com ar condicionado).

Como consequência da "imobilidade urbana" (somados os riscos de contaminação pelo vírus da covid-19), mais de 30% dos passageiros buscaram reduzir o uso de transporte público durante a pandemia. O estudo analisou milhões de viagens realizadas em novembro de 2020, em 104 cidades de 28 países, ouvindo a opinião dos passageiros sobre a qualidade dos serviços no transporte público.

E a ciclovia, cadê?

Em março de 2021, houve um acidente na esquina da Rua Teixeira Ribeiro com a Rua Principal. Com dificuldades para trafegar por conta da chuva, um ciclista se chocou contra um motociclista. Felizmente, ninguém se machucou seriamente; infelizmente, acidentes como esses são recorrentes na Maré.

No fim de 2015, as ruas principais começaram a passar por obras para a criação da ciclovia. Ao todo, foram gastos R\$ 5 milhões em uma obra que deveria resultar em 18 quilômetros de uma via especial para ciclistas. O projeto faria a ligação entre a Maré, a Cidade Universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Bonsucesso. Do período de execução do projeto, restaram algumas placas, bicicletários nas passarelas e um pequeno pedaço de ciclovia, embaixo da Linha Amarela.

Na edição 83 (dezembro de 2017), o Maré de Notícias abordou o tema quando avaliou a obra realizada pela Secretaria Municipal de

Meio Ambiente. "O resultado foi o pior possível, nunca funcionou", sentencia **Pedro Francisco dos Santos**, presidente da Associação de Moradores do Conjunto Esperança. Ele acrescenta que o local necessita de um plano mais amplo de mobilidade urbana. "Nossas comunidades não têm nem espaço na calçada para o pedestre, imagina para as bicicletas. Falta ordenamento, um projeto de organização por parte do governo. Não temos mobilidade nenhuma", criticou.

Para **Felipe Barcelar**, 23 anos, morador da Rubens Vaz, ainda há muito a se avançar quando se trata de incluir o ciclista no planejamento urbano da Maré. "A gente está em um território periférico e o respeito pela bicicleta e pelo ciclista ainda é muito pouco: desde carros parados sobre a ciclovia a comércio que toma conta da calçada para colocar mercadorias e muitas vezes ocupa até mesmo a rua com cones, ferros e cavaletes", aponta.

Para o jovem, existe uma clara diferenciação quando se discutem assuntos como esse na Maré e em regiões mais abastadas da cidade. "A questão de circular dentro da Maré com bicicleta é uma parada forte, ainda tem esses obstáculos e in-

terrupções. A Maré é muito grande, é essencial o uso dos espaços para melhor movimentação. Pensando sob uma perspectiva fora da Maré, a questão da ciclovia é uma parada mais para a zona sul da cidade. Porque lá é 'a cidade'. As regiões do centro e da zona sul têm um desenvolvimento maior em mobilidade porque contam com espaço planejado e investimento", analisa.

Durante o primeiro ano da pandemia do covid-19, a Casa Fluminense monitorou a oferta de ônibus no Rio. A segunda edição do relatório *De olho no transporte* mostrou que menos da metade da frota de ônibus disponível atendeu à população. Na primeira semana de março deste ano, somente 3.208 veículos foram para as ruas, ou seja, apenas 40,2% do que a lei obriga (o total mínimo correto seria de 7.977 ônibus).

Sobre as questões apresentadas na matéria, tentamos contato com a Secretaria Municipal de Transportes, mas não obtivemos retorno até o fechamento desta edição. O espaço continua aberto em nosso site para a resposta.

De acordo com a SuperVia, a empresa está "sempre atenta às necessidades dos clientes e aprimoran-

do o meio de se relacionar com os passageiros, como por exemplo a comunicação imediata em situações de alterações na circulação dos trens (via Twitter ou áudio nas estações)".

Em nota, a concessionária afirma que, devido à pandemia, atualmente transporta, em média, 300 mil passageiros por dia. Antes disso, a média de clientes transportados era de 600 mil diariamente. Ao listar investimentos dos últimos anos, a SuperVia relata reformas nas estações, troca de trilhos, instalação de novos dormentes e substituição de cabos da rede aérea.

Ainda segundo a empresa, a liminar que impediu o aumento da tarifa (de R\$ 5 para R\$ 5,90) agrava a situação financeira da concessionária. "A SuperVia continua aguardando que o poder concedente busque alternativas urgentes para garantir o reequilíbrio econômico-financeiro da concessão. Até 2 de junho, a concessionária registrou uma perda financeira de mais de R\$ 474 milhões, resultado da redução de mais de 102 milhões de embarques. Isso levou a concessionária a entrar em recuperação judicial no início de julho deste ano", conclui a nota.



A circulação de bicicletas é intensa nas ruas das 16 favelas, mas não há ordenamento urbano para priorizar este meio de transporte

‘Quem não sonhou em ser um jogador de futebol?’

Saiba mais sobre obstáculos de quem sonha levar a vida nos gramados



MATEUS AFFONSO

Diversas escolinhas de futebol recebem jovens mareenses que buscam carreira no futebol; na foto, treino na área do Piscinão de Ramos

HÉLIO EUCLIDES

A probabilidade de uma criança se tornar um profissional dos gramados é de apenas 1,5% (é o que aponta o artigo *Jogadores de Futebol no Brasil*, publicado em 2011 pela *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*), mas treinadores e coletivos de futebol nos territórios periféricos pelo país empenham-se para que esse número mude.

Na Maré, um dos quatro clubes do território é o Real Maré, fundado há 21 anos com o objetivo de apresentar outras possibilidades aos jovens. “Queremos ver o menino que passou por nós, mesmo que não seja jogador profissional, se tornando um cidadão honesto. Tenho orgulho de cada um. Meu sentimento é de dever cumprido quando o garoto se torna um homem de caráter”, diz **Sidnei Alves**, presidente do clube.

Desde a sua criação, o Real Maré faz de tudo para superar os obstáculos financeiros e continuar a atender mais crianças. Apesar das diversidades, Sidnei reforça a importância da dedicação dos jovens. Ele ainda adverte sobre os perigos que rondam o mundo do futebol, como empresários que enganam jogadores inexperientes.

O Real Maré recentemente passou por isso: atletas que foram jogar em um clube do interior de São Paulo viram as promessas feitas anteriormente não serem cumpridas. Agora Sidnei está mais atento, para que atletas como Lucas Junqueiras e Ismael Nilton, que foram em junho atuar em Portugal, aproveitem sem dores de cabeça sua passagem pelo clube Casa Pia Atlético.

A desigualdade dentro dos campos

A trajetória de um atleta no futebol é cheia de percalços e há poucas vagas. Segundo levantamento da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), em 2018 havia 360.291 jogadores no país, sendo 88 mil profissionais (24,4%). Destes, apenas 11,6 mil tinham contratos ativos na temporada (ou 3,2% do total). A discrepância de números existe ainda na área financeira. O mesmo estudo da CBF mostrou que mais de 80% dos jogadores no Brasil ganham menos de R\$ 1 mil de salário. Perto do topo dessa pirâmide se encontra apenas 1,77% dos atletas, com salários entre R\$ 10 mil e R\$ 50 mil (dados referentes aos profissionais do sexo masculino). Quando se pensa no futebol feminino, a conta ainda piora: só em 2019 os clubes de

primeira divisão do Brasileirão foram obrigados a terem jogadoras.

A carreira em funil

Para cada jogador que chega ao topo há milhares que ficam pelo caminho, em um processo que se assemelha a um funil: quem passa, alcança o final esperado, ou seja, um clube de primeira divisão. Esse é o caso de João Gomes, volante do Flamengo, que despontou em uma escolinha da Praia de Ramos.

A experiência estava na família, já que o tio de João é o ex-jogador Nivaldo João, o **Godoy**, hoje um dos coordenadores do Projeto *Craque do Futuro*. O menino começou na escolinha aos seis anos. “Ele aprendeu alguma coisa com o tio. Contudo, o mérito é todo dele, pois é um atleta muito responsável, aplicado e profissional demais. Acredito que ele vai longe na carreira”, exalta o tio, orgulhoso.

Para Godoy, todas as escolinhas são importantes, principalmente dentro das favelas, ocupando o tempo das crianças fora da escola, além de fazer um trabalho social. “Despontam muitos jogadores de favela. Temos o DG (Douglas Luiz), que jogou no Vasco e agora está na Europa; o grande amigo Léo (Oliveira) que jogou no Flamengo; o Dudu (Eduardo Francisco), que jogou no Cruzeiro. Todos os três, crias da Nova Holanda. A escolinha é a realização de sonhos de vários jogadores”, avalia, acrescentando que os governantes precisam olhar com carinho para as escolinhas de futebol.



MATEUS AFFONSO

Quem quer ser jogador profissional inicia a dura jornada em escolinhas que lutam contra a falta de investimentos e recursos



No Campo da Paty, na Nova Holanda, os treinos acontecem às segundas, quartas e sextas

Sem investimentos

Tanto Sidnei como Godoy ressaltam a importância do trabalho e a falta de investimentos. **Edson da Silva**, presidente e fundador da Associação Esportiva Beneficente Amigos da Maré (AEBAM) defende o apoio de instituições do território à escolinha, argumentando que ela só existe porque ele trabalha à noite para sustentar o projeto de dia. Para o funcionamento de sua sede, Edson reclama que faltam reformas estruturais, além de mesas e cadeiras – não há doações para o projeto. “É preciso avaliar os benefícios que o esporte traz para a vida das crianças da comunidade. Trabalhamos além do futebol, com incentivo à educação”, resume.

O árbitro **Alexandre Pichetti** também é professor de uma escolinha de futebol. Ele acredita que o projeto social ajuda a criança a caminhar para o bem, mas tudo seria mais fácil se encontrasse apoio: “Quando será que os governantes vão abençoar os projetos sociais dentro das comunidades? Trabalho no projeto *Uerê* e do meu salário retiro um pouco para a continuidade da escolinha. Faço isso pois tenho amor por esse trabalho.” Ele diz que o grupo tem dificuldades em obter uniformes, calçados e alimentos.

Flávio Alves é professor de educação física e treinador nas horas vagas. Ele explica que o foco do seu projeto é preparar as crianças para testes em alguns clubes, além de alertá-las que a vida de um jogador de futebol não é só de vitórias: “O futebol tem quatro pilares sobre os quais se firma um jogador de futebol: físico, tático, psicológico e técnico. Eles não podem achar que jogam muito e que não precisam aprender mais nada.”

Flávio conta que se inspira num trabalho vitorioso realizado na Fiocruz. O projeto tinha como objetivo o protagonismo social, oferecendo jogos, vídeos e palestras, além de orientação profissional. Dali saíram médicos, engenheiros e atletas. “Conseguimos fazer uma mudança significativa. Queria trazer isso para a Maré, mas falta apoio. Hoje não há patrocínio e vivemos sem recursos”, conta.

Promessa de apoio

A Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SMEL) informou que será retomado em um futuro bem próximo o *Rio em Forma*, um projeto social que saía de dentro das vilas para atender a população. A SMEL quer encerrar 2022 com 300 núcleos do *Rio em Forma*, atendendo até 18 mil alunos.

ESCOLAS DE FUTEBOL NA MARÉ

Vila do João - RJ Esportes

Local: Campo 2 Society Palace

Dias de treino: segundas e quintas, das 16h às 18h

Whatsapp: 21 96493-2118

Facebook: celsoluismare@gmail.com

Vila do Pinheiro - Rogimirim

Local: Campo da Toca

Dias de treino: segunda a sexta, das 16h às 20h

Whatsapp: 21 99804-8241

Nova Holanda - Arte Brasil

Local: Campo da Paty

Dias de treino: segunda, quartas e sextas, horário a definir

Whatsapp: 97317-3835

Escolinha de Futebol e Futsal da Nova Holanda

Local: Quadra da Nova Holanda / Campo da Paty

Dias de treino: segunda a sexta, às 18h

Whatsapp: 96653-8045

Conjunto Bento Ribeiro Dantas - Escolinha B.R.D

Local: Quadra Fogo Cruzado

Dias de treino: segundas, quartas e sextas, das 17:30 às 19:30

Gênero: Masculino e Feminino

Whatsapp: 97423-5041

Conjunto Esperança - Ameriquinha

Local: Campo 1

Dias de treino: segunda a sexta, das 14h às 16h

Telefone: 97611-0725

Whatsapp: 98473-9829

Salsa e Merengue - União do Salsa

Local: Campo 2 Conjunto Esperança

Dias de treino: segunda a sexta, das 14h às 16h

Telefone: 98808-4510

Parque Ecológico - Projeto Amigos do Salsa

Local: Campo Society Parque Ecológico

Dias de treino: segunda a sexta, das 15h às 19h

Telefone: 99794-6978

Baixa do Sapateiro - Real Maré

Local: Campo Society Praça do 18

Dias de treino: segunda a sexta, das 8h às 11h e 15h às 19h

Whatsapp: 21 97906-9801

Rubens Vaz - Escolinha de Futsal da Ams R.V

Local: Quadra da Rubens Vaz

Dias de treino: segunda a sexta, das 16h às 18h30

Marcílio Dias - João de Barro

Local: Campo da Kelson

Dias de treino: segundas, quartas e sextas, das 17h às 19h

Telefone: 21 98725-1607

Baixa do Sapateiro - PH Esporte

Local: Campo Society Praça do 18

Dias de treino: quartas e sextas, das 15h às 19h

Whatsapp: 97962-3330

Parque União

Local: Quadra Parque União

Dias de treino: terça a sexta, das 8h às 18h

Whatsapp: 97969-9490

Nova Maré

Local: Vila Olímpica da Maré / Campo Baixa Do Sapateiro

Telefone: 3105-5086

Saúde mental sobe ao palco

Divulgação de estudo inédito sobre o sofrimento mental dos mareenses tem como destaque diferentes performances artísticas e debates

ANA CLARA ALVES, EDU CARVALHO E TAMYRES MATOS

“Eu vivo sem saber até quando ainda estou vivo / sem saber o calibre do perigo / Eu não sei da onde vem o tiro”. A força atemporal de *O Calibre*, música de Herbert Viana - que cantou sobre a Maré em *Alagados* - conversa com os temores da população do conjunto de favelas. O estudo *Construindo Pontes*, liderado pela Redes da Maré e pela organização britânica People's Palace Projects, apontou que o medo constante de ser atingido por uma bala (perdida ou não) afeta 63% dos mareenses; o temor de ver alguém próximo ser baleado aumenta esse percentual para 71%. Entre os transtornos mais frequentes que resultam desse sofrimento mental estão a depressão, o estresse pós-traumático e a ansiedade.

A pesquisa, realizada entre 2018 e 2020, contou com o depoimento de 1.411 moradores das 16 favelas acima de 18 anos, e resultou na 1ª Semana de Saúde Mental da Maré, a *Rema Maré*, realizada entre os dias 23 e 28 de agosto. Os resultados revelaram que os moradores da Maré têm sua saúde profundamente afetada por situações angustiantes como estar em meio a tiroteios e, até mesmo, testemunhar assassinatos e espancamentos com frequência.

“O debate sobre saúde mental nesse contexto é importantíssimo para entender melhor o que a pessoa quer expressar e o que sente, principalmente em meio à pandemia, quando os convívios sociais são limitados. Isso acaba gerando mais indivíduos sobrecarregados e cansados da rotina. As pessoas precisam de alguém ou de um momento para colo-



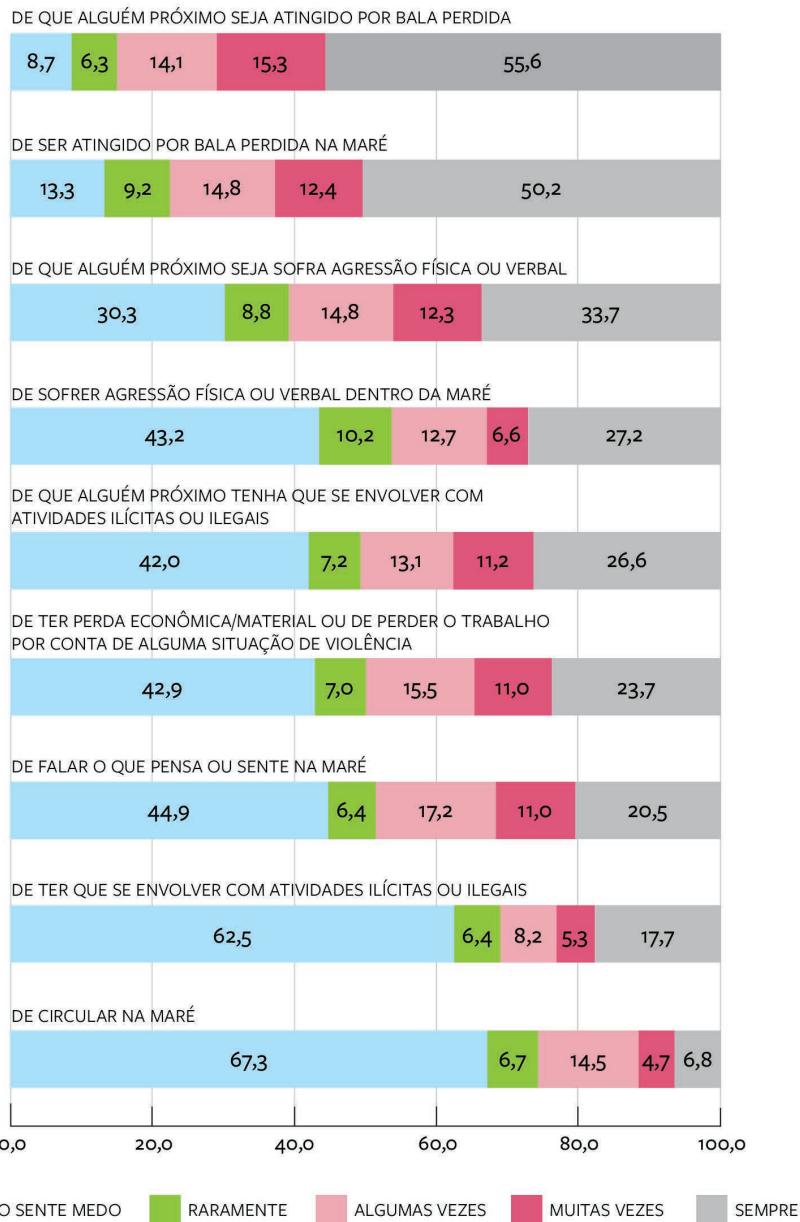
Artistas durante a performance *Becos*, uma imersão em 10 movimentos sobre saúde mental nas favelas no galpão do Espaço Normal

car para fora o que as incomoda”, diz **Petersom Cosme**, de 18 anos, morador do Morro do Timbau.

Para **Eliana Sousa Silva**, fundadora e diretora da Redes da Maré, a discussão sobre saúde mental é estratégica na sociedade. Ela acredita que a forma como os confrontos armados atingem a vida das pessoas nunca foi levada em consideração de forma sistematizada. Um dado marcante da pesquisa: 75,5% dos moradores apontam a violência como a principal característica negativa de morar na Maré.

“Quando a gente fala do medo no qual se vive, desse estresse por conta das situações de confronto armado, é comum que as pessoas daqui demonstrem admiração com a revelação de que esse sentimento existe. É como se essas situações se tornassem parte natural do cotidiano delas, como se esse sentimento não pertencesse a elas. Revelar esses dados é muito significativo. A partir disso, podemos pensar em respostas para os desafios na garantia do direito à segurança pública que real-

MEDOS RELACIONADOS À VIOLÊNCIA ARMADA NA MARÉ



mente leve em consideração os moradores da periferia”, considera.

No dia 24 de agosto, alguns dos pesquisadores envolvidos no estudo apresentaram reflexões sobre os resultados em um evento online mediado pela jornalista Anabela Paiva. Para **Leandro Valiati**, economista da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o estudo produziu um banco de dados “inestimável” para se pensar em soluções no que diz respeito à relação entre saúde mental e violência. “A Maré é um bom estudo de caso para distintas cidades brasileiras e em outros países. É claro que existem características específicas, mas é importante não descartar o que aproxima essas diversas regiões que convivem com as consequências da violência armada”, pondera.

Panorama dos dados

Os dados apresentados ajudam a construir um quadro mais amplo do impacto destes episódios violentos com o qual muitos dos nossos leitores lidam no dia a dia. Mais de 30% da população adulta da Maré afirmou ter a saúde mental afetada pela violência, e 44% dos entrevistados relataram ter estado em meio a um tiroteio nos 12 meses anteriores (destes, 73% passaram por essa experiência mais de uma vez). Entre os que sofreram exposição direta a situações violentas, o percentual é ainda maior: 44% acreditam que sua saúde mental foi prejudicada.

“Este tipo de estudo sobre sofrimento mental costuma estar relacionado ao contexto de guerra, como no caso do Vietnã, por exemplo. Mas a pessoa tem um tempo específico para passar na guerra (a duração do conflito); quem vive na favela não tem esse tempo limitado, é uma violência persistente. O sofrimento mental que a gente observa na Maré é comparável à taxa de países onde houve práticas de tortura e violência policial”, ex-

plica **Marcelo Santos Cruz**, coordenador de um programa de estudos no Instituto de Psiquiatria da UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Mesmo sem testemunhar um tiroteio, mais de 25% dos moradores têm alguém próximo que foi ferido ou assassinado. Quase o mesmo percentual (24%) viu alguém ser espancado ou agredido no ano anterior à pesquisa. Para 15% dos entrevistados, isso aconteceu mais de uma vez. Nem mesmo dentro de casa os moradores se sentem protegidos: 13% deles tiveram suas casas invadidas no período compreendido pela pesquisa - percentual que aponta para 6.210 domicílios violados. A violência muitas vezes foi tanto física como verbal, acompanhada de extorsão e perdas materiais. Entre esses moradores que tiveram suas residências invadidas, 47% passaram por esta situação mais de uma vez.

Um dos efeitos sentidos pelos moradores das periferias por todo o Brasil é a imposição de barreiras para o acesso a serviços e equipamentos públicos, incluindo aqueles que dão suporte aos moradores em relação à saúde mental. Segundo os dados da pesquisa, 54% dos adultos da Maré sofreram alguma limitação no acesso a equipamentos públicos em

decorrência de situações de violência.

Rema Maré

A primeira edição da campanha *Rema Maré* foi um espaço de reflexão e ação em relação ao tema, com debates e intervenções artísticas voltados para moradores da Maré. A iniciativa entrará no calendário anual de atividades da Redes da Maré. Na programação, diferentes ações e atividades artísticas e culturais são desdobramentos do estudo *Construindo Pontes*.

“Os projetos artísticos trazem as contradições e as complexidades da pesquisa. Por exemplo, ansiedade é um tema forte no *Slam* (poesia) de Maré, mas é difícil ouvir a voz dos jovens com tanta força na pesquisa. A fotografia dos moradores (projeto de Tatiana Altberg) trouxe uma perspectiva totalmente diferente, mas sempre em diálogo com os resultados da pesquisa. O projeto de música com os frequentadores das cenas de uso trouxe uma perspectiva totalmente diferente. Sem os projetos culturais, os moradores ficam objetos do estudo. Procura *BECOS* (o áudio drama feito pelos poetas) e vai ouvir uma outra perspectiva sobre saúde mental na Maré. Tudo é parte de

nossa pesquisa”, esclarece **Paul Heritage**, diretor da People’s Palace Projects.

A 1ª Semana de Saúde Mental da Maré contou com intervenções musicais e teatrais, produção de mural de azulejos, registros fotográficos realizados por moradores da Maré, além de cineminha nos becos. Um dos destaques da semana foi o espetáculo *Becos*, uma imersão poética baseada em dez movimentos sobre saúde mental. “A peça é uma forma de comunicar o que tem que ser dito através da arte, que é ponte para falar sobre todos os pontos sensíveis que vivemos. É ela (a arte) a maior ferramenta de comunicação”, comenta **MC Martina**, poeta de 23 anos e uma das atrizes que integra o elenco da montagem, junto com Thaís Ayomide, Thainá Iná, Rodrigo Souza, Matheus Araújo, Jonathan Panta, e os produtores Rafael Rocha, Eduardo Campello e Cat Paskel.

Além de ser um reflexo das situações cotidianas sempre permeadas pela violência e pela fome (somando-se agora a covid-19), a peça convidou a comunidade a refletir sobre quão urgente é o debate sobre saúde mental da população das favelas e periferias brasileiras.



Paul Heritage, dramaturgo e diretor da People’s Palace Project, um dos líderes da pesquisa *Construindo Pontes*, à frente do elenco da performance *Becos*

‘Meu filho foi alvo de racismo’

Como os adultos podem lutar para que as crianças não sejam vítimas de discriminação racial e como agir quando situações do tipo já ocorreram

AMANDA PINHEIRO

A infância é o período essencialmente marcado pela inocência, e por isso o racismo imprime nela as marcas mais profundas – aquelas que serão levadas pelo indivíduo por toda a vida. Por as crianças viverem em uma fase cercada de descobertas, é importante levar em conta a maneira de abordar o tema com elas e entender qual o impacto que uma sociedade racista pode causar em suas vidas.

A empresária e historiadora **Jaciana Melquiades**, de 37 anos, da Era Uma Vez o Mundo, primeira loja física de bonecas pretas, afirma que o racismo na vida das crianças se reflete na autoestima, o que pode resultar em mudanças na aparência.

“Mesmo que as crianças não tenham essa ideia (do racismo) muito configurada na cabeça, a gente as vê com autoestima baixa, se comparando com colegas que elas percebem que têm tratamento melhor por não serem negros. Essa comparação faz com que os pequenos se sintam inadequados, peçam coisas que os façam ficar parecidos com aqueles que são bem tratados. Isso se reflete nos pedidos para alisar do cabelo ou comprar bonecos de personagens que não se parecem com eles, justamente para se sentirem incluídos e inseridos”, analisa.

Para Jaciana, a representatividade está diretamente relacionada ao desenvolvimento da autoestima da criança. “Quando a gente não apresenta personagens que se pareçam com essa criança, ela começa a sofrer com baixa autoestima: fica muito tímida, quietinha e envergonhada. A gente sabe que esses comportamentos muitas vezes não têm a ver com a timidez natural da criança, e sim com uma castração das possibilidades de ela ser como é”, explica.

Um longo caminho

Durante muito tempo, poucas eram as pessoas negras em espaços de evidência, como mídia ou empresas. A conscientização de parte da população e a cobrança de ativistas do movimento negro resultaram em avanços, ainda que pequenos: mais personagens negros em novelas que não os habituais escravos ou serviçais, o reconheci-

DIVULGAÇÃO



mento e a valorização de artistas, além de uma reflexão mais ampla sobre representatividade. Esta impacta diretamente o indivíduo desde a infância, já que poucas crianças negras são vistas em posição de protagonismo.

No Brasil, segundo a pesquisa *Cadê Nossa Boneca*, realizada pela organização Avante – Educação e Mobilização Social, as negras representam apenas 6% do total de bonecas fabricadas. No entanto, quando finalmente chegam às prateleiras das lojas, cinco em cada sete custam mais que suas similares brancas.

“Esse talvez seja o campo em que menos se avançou. As discussões em torno da infância não levam em consideração que a criança é uma pessoa, é sujeito. Como as vozes que reivindicam representatividade são de pessoas adultas, o mercado que é voltado para a infância ainda não recebe uma pressão tão incisiva para que promova de fato uma mudança”, afirma Jaciana.

Para a historiadora, a discussão sobre representatividade progrediu sob alguns aspectos, mas ainda há um longo caminho a ser percorrido, seja no combate à estereotipação dos personagens de pele preta, seja na conscientização da indústria de brinquedos e produtos infantis.

“Vemos as crianças ainda sendo representadas como aquela que é ado-

tada, sempre em situação de vulnerabilidade. A gente ainda tem muito por avançar. O caminho é pensar na criança como sujeito e a infância preta, como um espaço de potência e vivências diversas”, analisa.

Apesar de parecer pouco para muitas pessoas, o impacto na vida de uma criança negra que se vê representada é grande. Constantemente, ao abrir as redes sociais, personalidades como a jornalista Maju Coutinho ou a cantora Iza são vistas ao lado de crianças que as imitam, e isso se reflete nas brincadeiras. Para Jaciana, elas desenvolvem consciência muito mais rapidamente quando conseguem se ver em algo ou alguém.

“A criança começa a criar um universo de pessoas pretas potentes, bonitas, ‘gostáveis’ na própria cabeça, se inserindo nesse universo. Com isso, a autoestima muda, se fortalece. Quando a gente faz atividades em grupo, elas ficam até com uma postura diferente, potente”, conclui.

EFEITOS DO RACISMO NAS CRIANÇAS:

Baixa autoestima

Negação da própria imagem

Sentimento de angústia e revolta

Dificuldade de relacionamento

Queda do rendimento escolar

Caso Matheus: Racismo ou injúria racial?

Acusado falsamente de furto por casal branco, jovem negro da Maré agora é investigado por receptação



DOUGLAS LOPES

Instrutor de surfe no Leblon, o mareense Matheus Ribeiro foi vítima de racismo no mesmo bairro

EDU CARVALHO

Recentemente, a Justiça do Rio de Janeiro arquivou o inquérito sobre o caso do jovem negro e instrutor de surfe **Matheus Ribeiro**, morador da Maré, que em junho deste ano foi acusado pelo casal Tomás Oliveira e Mariana Spinelli, ambos de pele branca, de ter furtado uma bicicleta elétrica no Leblon, Zona Sul do Rio. O instrutor gravou com seu celular a abordagem, que repercutiu amplamente nas redes sociais e principais mídias do país. Na delegacia, o episódio acabou sendo tipificado como calúnia e não, injúria racial.

A bike elétrica de Matheus fora comprada por R\$ 4.500 em um site de vendas na internet, e provou-se roubada (a bicicleta foi devolvida ao proprietário original). Enquanto o casal que o acusou falsamente de furto nada sofreu, Matheus agora está sendo investigado por receptação de coisa roubada.

Durante as investigações, a Polícia Civil acabou prendeu o verdadeiro ladrão da bicicleta do casal: Igor Martins Pinheiro, conhecido como “Lorão”, um homem branco de 22 anos, morador de Botafogo e com 28 ocorrências criminais, sendo 14 por furtos de bicicletas.

Para **Philippe Oliveira de Almeida**, coordenador do grupo de pesquisa Controle Estatal, Racismo e Colonialidade (CERCO) do Núcleo Internacional de Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), casos como o de Matheus acabam sendo arquivados. “É mais comum que aconteça isso do que terem continuidade. A injúria racial, por exemplo, pressupõe ânimo, intenção, dependendo do dolo do acusado; da maneira como nosso direito se estrutura, o argumento é sempre de que faltaria intenção”, diz.

Segundo Philippe, esse é mais um sintoma do racismo estrutural presente na sociedade brasileira. “Vivemos em um país marcado pela ilusão da democracia racial, e é comum que pessoas acreditem que essas agressões sejam resultado não de uma dinâmica racista, mas de um preconceito de classe”, explica.

Para que mais casos como esse sejam tipificados como injúria racial e por sua vez, passíveis de investigação e eventual punição, é preciso que haja a disseminação, em grande escala, de informação, hoje circulando apenas nos grupos atingidos.

Em vídeo publicado no perfil do advogado Bruno Cândido, que atua em sua defesa, o jovem Matheus fez um desabafo. “As pessoas que me acusaram saíram impunes, enquanto eu continuo sendo investigado num inquérito que ainda está em andamento. Eu não vejo motivo nenhum para a abordagem que eu recebi e como recebi, a não ser como motivo racial e eu não consegui dizer isso na delegacia. Agora o caso que eu não quis que fosse tipificado como calúnia foi arquivado, pois não existiu calúnia. O louro que roubou a bicicleta deles está livre, e eles estão sem nenhum processo, enquanto eu estou sem a bi-

cicleta e sendo investigado. Isso me dá uma dor imensa”, diz o rapaz.

Casos de injúria racial precisam ser denunciados nas delegacias especializadas (o que Matheus queria, mas não foi feito) para que o delegado abra um inquérito e investigue o crime baseado em preconceito de cor.

O advogado Bruno Cândido também comentou o arquivamento do processo em uma postagem no Facebook. “Aqui temos um caso que sintetiza nitidamente como funciona o racismo estrutural e institucional no nosso país, e acreditamos que esse foi o grande motivo para o seu arquivamento. Não iremos desistir!”

RACISMO É CRIME

O racismo, no Brasil, é crime segundo a Lei nº 7.716/1989. Quem processa o ofensor é o Ministério Público, mas antes de chegar ao MP, um inquérito deve ser aberto pela polícia civil, que pode concluir terem sido cometidos dois tipos de crimes: racismo ou injúria racial.

QUAIS AS DIFERENÇAS ENTRE RACISMO E INJÚRIA RACIAL?

Racismo é o crime contra a coletividade e não um indivíduo, especificamente. Pode ser definido através da constatação de ofensa verbal e atos, como impedimento de acessar determinado ambiente, como um estabelecimento comercial, elevador etc, contra integrante de determinada etnia. A pena vai de um a três anos de prisão, além de multa. O crime de racismo é inafiançável (ou seja, a pessoa responde ao crime presa) e imprescritível (pode ser denunciado a qualquer tempo).

Já o crime de injúria consta no Código Penal, artigo 140, parágrafo terceiro, quando uma ou mais vítimas são ofendidas pelo uso de “elementos referentes à raça, cor, etnia, religião e origem”. Também inafiançável, prevê pena de um a três anos, além de multa. A prescrição (ou seja, o prazo para apresentar denúncia) é de oito anos. No Senado Federal, está sendo analisado o projeto de lei nº 4373/2020, que aumenta a pena desse crime de dois para cinco anos, além de multa.

O QUE SÃO CALÚNIA E DIFAMAÇÃO?

O crime de calúnia se dá pela divulgação ou a atribuição de um falso crime a alguém. Pelo Código Penal Brasileiro, a difamação é crime definido pelo ato de desonrar alguém divulgando informações a seu respeito, prejudicando sua imagem pública.

ONDE DENUNCIAR:

Casos de racismo podem ser relatados pelo Disque 100, número disponibilizado pelo governo federal para denúncias de violações de Direitos Humanos, ou registrados numa delegacia de polícia em um boletim de ocorrência. O Rio de Janeiro conta com a Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância (DECRADI), que fica na Rua do Lavradio, 155 – Centro.

Um Rio com remoções e sem moradia

Vítimas recentes, moradores da Maré se desesperam com a falta de perspectivas após terem seus imóveis demolidos por equipes da Prefeitura

TAMYRES MATOS

A demolição de construções apontadas como irregulares é parte marcante do cotidiano nas atividades da Prefeitura do Rio de Janeiro. Essas ações, que contam geralmente com a presença de funcionários das secretarias de Ordem Pública (Seop) e Conservação (Seconserva), representam na gestão do prefeito Eduardo Paes uma de suas prioridades. No último dia 6 de agosto, noticiamos a demolição de 32 destas construções na Nova Holanda. Em maio deste ano, uma situação similar havia ocorrido na favela Rubens Vaz.

A narrativa oficial geralmente dá conta de que as construções representam riscos, seja para o meio ambiente, seja para a população. No caso das demolições na Nova Holanda, as notas enviadas à imprensa apontam que houve aviso aos responsáveis pelas obras, que “casas de alto padrão” estavam sendo construídas irregularmente ou que teriam propósitos comerciais.

No entanto, esse discurso diverge daquele de moradores e associações. Na Nova Holanda, por exemplo, moradores como **Barbara Lima** contradizem a fala oficial: “Não sabia de nada. Gastei R\$ 50 mil, que agora viraram pó; um sonho que foi por água abaixo, lamenta.”

Para o sociólogo e economista **Carlos Bernardo Vainer**, doutor em desenvolvimento econômico e social e membro do Insti-



Em maio deste ano, moradores da favela Rubens Vaz tiveram casas demolidas sem tempo nem mesmo de retirar seus móveis e roupas

tuto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ), os valores proibitivos praticados pelo mercado imobiliário e a ausência de políticas públicas de garantia do direito à moradia têm relação direta com esse tipo de situação.

“Se há um fato urbano que marca a história e o presente das cidades brasileiras é o mercado imobiliário não atender às necessidades da imensa maioria da população. As classes trabalhadoras sempre tiveram que se virar para encontrar meios de morar no Rio – uma cidade que é profundamente desigual, injusta”, aponta.

O presidente da Associação de Moradores da Nova Holanda, **Gilmar Junior**, conta que, no caso do início de agosto, o grupo que construía no local sequer foi avisado. “Os moradores estão desesperados, pois não têm direito ao aluguel social ou ao Programa Casa

Verde e Amarela. Destruíram o sonho do morador. Antes era um terreno vazio, sem nenhum projeto para o local. A periferia sempre fica para trás. Estamos indignados”, protestou.

Diego Vaz, subprefeito da Zona Norte, argumentou que a ocupação era irregular: “Derrubamos as casas que estavam à margem do rio. Elas obstruíam a passagem da água e traziam prejuízos para a clínica da família. Essa gestão vai retirar tudo que é irregular e traga perigo ou transtorno, seja onde for.”

Segundo Carlos Bernardo, a história da propriedade da terra no Brasil é de “grilagem e apropriação violenta” e, muitas vezes, a parcela mais pobre da população fica à mercê dos conflitos fundiários que envolvem, inclusive, grupos criminosos. “Isso vale tanto para a Barra da Tijuca, como também para vastas áreas periféricas do que, nos anos 1930 e

1940, ainda eram áreas rurais, como Campo Grande, Santa Cruz... Isso para não falar da periferia da região metropolitana – Caxias, Nova Iguaçu, grande Niterói – cujo processo de urbanização e ocupação por moradias das classes trabalhadoras foi resultado de loteamentos quase sempre irregulares, sob a proteção de chefes políticos locais e suas famílias”, explica o sociólogo.

Histórico de remoções

Em publicações nos perfis oficiais da Prefeitura (incluindo as das citadas secretarias), o termo ‘remoção’ não é utilizado. As palavras usadas geralmente são “demolição” e “retirada”. Há uma lei de setembro de 2020 que determina a suspensão do cumprimento de mandados de reintegração de posse, despejos e remoções judiciais ou extrajudiciais no período de pandemia.



MATEUS AFFONSO

Em agosto deste ano, Prefeitura do Rio de Janeiro demoliu 32 construções na Nova Holanda, às margens da Linha Vermelha

O livro *SMH 2016: Remoções no Rio de Janeiro Olímpico* recupera o que aconteceu durante o período de preparação para os Jogos Olímpicos de 2016, realizados na capital fluminense. Eduardo Paes é apontado como o prefeito que mais removeu na história do Rio de Janeiro, superando, inclusive, Pereira Passos, chefe do Executivo municipal no início do século XX e célebre pela política de remoções por motivos sanitários e urbanísticos. À época, Paes qualificou o livro como “panfleto de oposição”.

De acordo com o sociólogo do IPPUR, o Rio teve três grandes ondas de remoções ao longo de sua história. A primeira é a Reforma Pereira Passos, na primeira década do século XX; a segunda ocorreu sob Carlos Lacerda e Negrão de Lima, governadores do então estado da Guanabara, com uma ampla e radical remoção de favelas na Zona Sul; e a mais recente deu-se a partir de 2014.

“A terceira era de grandes remoções aconteceu durante o ciclo dos megaeventos esportivos (Olimpíadas, Copa do Mundo), quando mais de cem mil pessoas foram removidas à força de áreas de interesse do capital financeiro-imobiliário e empurradas para periferias distantes. A história do Rio de Janeiro pode ser contada com a história das remoções forçadas”, analisa o pesquisador.

‘Memória não se remove’

Um museu social de resistência: é desta maneira que se apresenta o

Museu das Remoções. Entre as obras expostas, estão esculturas criadas com os escombros das casas removidas da Vila Autódromo, na Barra da Tijuca. Essa foi a única remoção que a Prefeitura do Rio reconheceu estar diretamente associada aos Jogos Olímpicos na cidade.

Para a arquiteta e urbanista **Diana Bogado**, cogestora do museu, a Vila Autódromo é o símbolo de um processo mais abrangente do Rio de Janeiro. Ela relembra que, antes do

início das remoções, um plano popular foi apresentado pelos moradores da comunidade, em parceria com as universidades federais Fluminense (UFF) e do Rio de Janeiro (UFRJ), mostrando que o Projeto Olímpico poderia ser realizado sem expulsar os moradores de suas casas.

A iniciativa ficou, inclusive, em primeiro lugar no Urban Age Award, importante prêmio internacional que reconhece e celebra iniciativas criativas para as cidades. Cerca de 170 projetos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro concorreram. Foi em vão.

“Não é possível que o planejamento urbano continue sendo pautado por remoções. Retirar das pessoas o direito à moradia viola a Constituição. A forma como essas remoções são feitas viola os direitos humanos”, argumenta a arquiteta.

Diana acredita que a maneira de começar a combater o déficit habitacional (estimado pela Casa Fluminense em 340 mil casas, na região metropolitana do Rio) passa por requalificação urbanística e das casas nas favelas e pela efetivação de um plano diretor que atenda realmente às necessidades da população dentro das regiões periféricas.

Toda pessoa tem direito à moradia adequada e desse direito decorre a proteção contra remoções forçadas.

A REMOÇÃO NÃO PODE:

- Fazer uso da violência e da intimidação, em nenhuma circunstância
- Ser realizada de forma discriminatória ou replicar padrões discriminatórios
- Resultar em pessoas e famílias desabrigadas
- Usar a demolição das casas ou das lavouras como retaliação ou ameaça contra a população
- Destruir os bens das famílias afetadas
- Ignorar a situação específica de mulheres e grupos em condição de vulnerabilidade (idosos e crianças, assim como outros)

PROTEÇÃO:

Entidades que fornecem assistência jurídica no Brasil:

- Ministério Público, Comissões de Direitos Humanos
- Defensorias Públicas
- Conselho Tutelar
- movimentos sociais de luta pela moradia
- órgãos de comunicação social / imprensa
- assistência jurídica em universidades

Fonte: Relatora Especial da ONU para a Moradia Adequada

Você também pode enviar estas denúncias à Relatoria, para o escritório do Alto Comissariado de Direitos Humanos em Genebra através do email urgent-action@ohchr.org.

Sem lenço, sem documento

Nos casos de maior vulnerabilidade social, ainda há entraves para se conseguir documentos

HÉLIO EUCLIDES

Se o auxílio emergencial dado pelo governo federal é o que garantiu a sobrevivência de boa parte da população brasileira, outra parcela, vulnerável social e economicamente, não recebeu até hoje nenhuma parcela por ser invisível aos olhos do Estado. São pessoas que não têm um único documento de identificação ou, em alguns casos, condições de tirar uma segunda via.

Essa situação pode ser comprovada nas duas unidades do Detran na região: a cada ação visando a expedição gratuita de documentos na Maré, centenas de pessoas procuram os postos em busca de informações e obtenção dos documentos.

No fim do mês de junho, foi realizada uma ação social na Praça do Dezoito, na Baixa do Sapateiro. Entre muitas atividades, foram distribuídas cem isenções na obtenção da segunda via de documentos, mas a procura pelo serviço superou em muito essa cota.

“Moradores entraram em contato pedindo essa ação. Essa necessidade se deve ao fato de que o poder público não aproximar o cidadão da documentação. Acredito que 90% da população que tinha direito ao auxílio emergencial e não recebeu foi por não



Básico para alguns, desafio para outros: resolver pendências de documentação ainda é difícil para parcela mais vulnerável da população

ter a documentação necessária ou informação. Aqui, mostramos o que é preciso para receber um benefício e indicamos o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS)”, explica **Jubdervan Menezes**, apoio de projetos do Instituto Nacional de Desenvolvimento Humano (INADH).

A ação foi também uma iniciativa do Instituto Maria Aparecida Tereza Lopes (IMATL) e do Maré Solidária, além de contar com a parceria da Fundação Leão XIII. A quinta ação nesses moldes na Maré distribuiu isenção para segunda via de identidade e para as certidões de nascimento, óbito e casamento. **Jairo Nunes**, do IMATL, defende que a população tenha mais oportunidade de acesso aos serviços.

“Esse trabalho é gratificante, mas é triste perceber que falta oportunidade para os moradores. Os políticos só veem a favela como curral eleitoral, mas depois de eleitos nenhum deles têm intenção de ajudar. É um absurdo ter que pagar para tirar segunda via de identidade dentro da favela”, reclama.

Duas horas antes do início da ação já havia

gente na fila atrás de isenção. “Tinha que ter mais vezes essas ações, pois é complicado tirar documento. Esses momentos nos ajudam a, no futuro, conseguir um emprego”, diz **Gina Ferreira**, moradora da Baixa do Sapateiro. Para sua vizinha de território **Vânia Cristina**, a população vulnerável necessita de mais amparo: “É preciso proporcionar mais



Durante a última ação social, Dominyck Marcelino, da Nova Holanda, conseguiu retificar seu nome na identidade

assistência nas favelas. Os órgãos públicos devem ter boa vontade e oferecer mais acesso, de uma forma simples.”

A invisibilidade no Brasil

Um levantamento da Fundação Getúlio Vargas Social mostrou que hoje cerca de 2,27 milhões de brasileiros (1,08% da população) não têm registro de nascimento. “A falta de certidão de nascimento é apenas o caso mais extremo da ausência de um direito que repercute em outros, como o ingresso na escola, no mercado de trabalho e mesmo na assistência social. É preciso criar políticas que facilitem o acesso à documentação”, enfatiza **Marcelo Cortes Neri**, economista da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

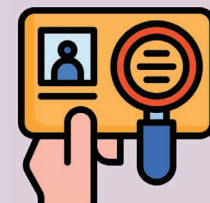
Sueli Figueiredo, moradora da Praia de Ramos, agendou para tirar a identidade do sobrinho. “Gostei do atendimento, melhor ainda sendo perto de casa, sem precisar gastar com passagem. Ele chegou do Nordeste sem o documento e para conseguir trabalho o RG é indispensável”, diz.

Para pessoas em situação de rua como **Luiz Carlos**, a questão ainda é mais delicada: “Tirar segunda via da identidade sem dinheiro é muito difícil. Só consegui com o apoio da Redes da Maré, que intermediou o processo junto à Fundação Leão XIII.”

Com a reabertura depois do início da campanha de vacinação, a procura por atendimento no Detran aumentou, não apenas de moradores dos territórios como de outras localidades como Bangu, Méier, Penha, Campo Grande e até Três Rios. “Está difícil, então como foi oferecido para a comunidade eu aceitei”, diz **José Orlando**, morador de Inhaúma.

Para quem não sabe: a carteira de identidade dos menores facilita a buscar em casos como o descrito na matéria sobre desaparecidos: é nela que ficará registrada, até os 18 anos (quando será preciso fazer outro RG, também gratuitamente), a digital das crianças.

PASSO A PASSO DOS DOCUMENTOS



Certidão de Nascimento

Feito gratuitamente em qualquer cartório de registro civil com a identidade, CPF dos responsáveis ou certidão de nascimento ou casamento e a Declaração de Nascido Vivo (DN) da criança. Em Bonsucesso, o cartório fica na Avenida Guilherme Maxwell, 555.



Cadastro de Pessoas Físicas (CPF)

Emitido de graça pelo site da Receita Federal, tendo o título de eleitor em mãos. Dúvidas pelo e-mail atendimentorfb.07@rfb.gov.br.



Carteira de identidade

Necessário agendamento pelo site do Detran ou via teleatendimento 3460-4040 e 3460-4041. Os postos do Detran da Maré ficam na rua Principal, s/nº, Baixa do Sapateiro e na rua Teixeira Ribeiro, 629.



Carteira de Trabalho

Emitida pelo aplicativo Carteira de Trabalho Digital pelo celular ou pelo site www.gov.br.



Alistamento Militar

Todo jovem no ano que completar 18 anos, deverá agendar o alistamento no site <https://alistamento.eb.mil.br/> até seis meses após o aniversário. A Junta de Serviço Militar (JSM) mais próxima fica na X Região Administrativa – Rua Uranos, 1230, Ramos, e o atendimento acontece das 10h às 16h.



Isenção

Os Centros Comunitários de Defesa da Cidadania (CCDCs) oferecem isenção de taxas para casamento, 2ª via de certidões de nascimento, casamento, óbito e Registro Geral (RG). O CCDC Maré funciona na Rua Principal, s/nº, Baixa do Sapateiro, das 9h às 17h.

A Fundação Leão XIII também oferece isenção para documentação civil. Na Nova Holanda, o atendimento é feito de segunda a sexta, das 9h às 18h ou presencialmente na rua Sargento Silva Nunes, nº 1.012 ou pelo telefone 2334-7801. Na Praia de Ramos, a Fundação Leão XII fica na rua Gerson Ferreira, 06, Praia de Ramos, e o atendimento pode ser feito também pelo telefone 2334-7802.

Delícias que cabem no bolso

Esse mês, a Casa das Mulheres traz uma receita especial de bolinho de banana da terra.

BOLINHO DE BANANA DA TERRA

INGREDIENTES:

- 3 bananas da terra descascadas
- 2 colheres de margarina vegetal
- 1/2 cebola
- 2 ovos
- 1 xícara (chá) de farinha de trigo
- 1 xícara (chá) de farinha panko ou de rosca
- 1/2 colher (sopa) de maisena
- 400g de queijo coalho
- Óleo para fritar
- Sal e pimenta-do-reino a gosto



MODO DE PREPARO:

Cozinhe a banana da terra descascada até que fique macia e depois amasse-a. Não esqueça de reservar a água do cozimento. Em outra panela, refogue a cebola e o alho na margarina. Acrescente a maisena e a água do cozimento reservada a esta mistura e mexa. Retire esse conteúdo da panela e deixe reservado para esfriar numa assadeira.

Em uma frigideira, grelhe pedaços do queijo coalho na margarina. Abra uma porção da massa de banana, coloque o queijo e feche moldando o bolinho. Empane o bolinho, primeiro na farinha de trigo, depois no ovo batido e, por fim, na farinha de panko. Frite em óleo quente e coloque para escorrer no papel toalha com uma escumadeira.

Se a ideia for receber tudo prontinho, você pode pedir essa delícia da sua casa: ela está no cardápio do Maré de Sabores e você pode conferir esta e mais opções na bio do Instagram @marédesabores ou pelo WhatsApp (21) 97016-6803.

PALAVRAS CRUZADAS

Programa de proteção do computador	Sambista à frente do "coração da escola"	A forma do duxex	Reações de insatisfação do público	Espaço para repouso reservado às visitas	Sabrina (?), apresentadora
Os ladrões dos mares		Cobertura da panela		Sílabas de "iscas"	
				Letra do infinitivo	
				Vogais de "casa"	
				Inteiras: completas	
Item indispensável em celulares	Maio, em francês			Tribunal Regional do Trabalho (sigla)	
	Difícil de acontecer				
			Escrevo o recado		
			Moeda japonesa		
				Comer a última refeição da noite	Ayrton Senna, ídolo da Fórmula 1
Nunca		Nome da letra "L"	Um, dentre vários		
Dira Paes, atriz paraense			Pedaços de pano		
Os sinais ()				A hora decisiva	Mamífero como o camundongo
Mulher que faz bolos				Presente; oferta	
			Sensação da queimadura		
Veículo de "Star Wars" (Cin.)		Obra-(?): a melhor do autor		Sufixo de "saudoso"	
				Indicador de direção	
				Telhado de casebres (?) Moreira, locutor	
Cair flocos de gelo					
Marcha de manobras		Gelo, em inglês			Editora (abrev.)
					Angela Vieira, atriz
Sem limites; infinito					
Primeiro verbete do dicionário	Corpo sem vida; defunto				

BANCO 3/ice — mal. 4/chip — fita. 9/antivírus.

MARÉ DE DIREITOS

Atendimento gratuito com advogadas, psicólogas e assistentes sociais

Você também pode ter acesso ao atendimento do Maré de Direitos online, pelo nosso WhatsApp.



- Vila dos Pinheiros:**
Quintas-feiras, de 13h às 17h
Redes da Maré Pinheiro
Via A1 s/nº - anexo do CIEP Ministro Gustavo Capanema
- Nova Maré:**
Quintas-feiras, de 9h às 12h
Lona Cultural Municipal Herbert Vianna - Rua Evanildo Alves, s/nº
- Nova Holanda:**
Sextas-feiras, de 9h às 13h
Redes da Maré Nova Holanda
Rua Sargento Silva Nunes, 1012
- Parque União:**
Sábados, de 9h às 13h
Casa das Mulheres da Maré [apenas mulheres]
Rua da Paz, 42

(21) 99924-6462

www.redesdamare.org.br

TODO O UNIVERSO DE MAGIA DA LUCAS TOON PARA VOCÊ COLECIONAR E SE DIVERTIR

JÁ NAS BANCAS!

Ediouro

PANINI

© 2021 Lucas Toon Studios

Solução

R	E	V	A	D	A	V	A
O	I	L	M	I	T	A	D
E	C	E	I	E			
P	E	S	A	R	S	A	P
O	S	O	S				
R	A	V	A	R	D	O	R
H	A	V	A	L	E		
S	P	A	R	E	T	N	E
A	D	A	C	A	D	A	
O	D	S	A	I	S		
O	T	O	N	A	P	H	C
T	R	A	V	A	M	A	N
A	V	A	S	A	T	A	P
S	A	N	T	I	V	I	R
D							

Acompanhe o Maré de Notícias na internet!

@maredenoticiasoficial

@maredenoticias

@MareNoticias

(21) 97271-9410

contato@maredenoticias.com.br

www.mareonline.com.br